

PARECER DO COMERC REFERENTE ANÁLISE DA REUNIÃO DA SECRETÁRIA VALÉRIA VIEIRA VELIS COM A PRESIDÊNCIA DO COMERC

O Conselho Municipal de Educação de Rio Claro (COMERC), após análise da reunião realizada no dia 1º de agosto de 2025, com a participação da Secretaria Municipal de Educação, manifesta-se de forma crítica em relação a determinadas falas e encaminhamentos apresentados, que afetam diretamente a gestão democrática da educação pública municipal.

1. Sobre a terceirização de serviços essenciais

As declarações da Secretaria reforçam a continuidade e até mesmo a ampliação da terceirização de serviços de apoio (cozinha, limpeza, manutenção, transporte, entre outros). Ressaltamos que tal política:

- Compromete a qualidade do serviço, pois prioriza a lógica empresarial em detrimento da valorização do trabalhador;
- Aumenta a rotatividade de funcionários, impactando diretamente no ambiente escolar;
- Representa uma fragilização do caráter público da educação, transferindo recursos que deveriam ser investidos diretamente na rede para empresas privadas.

Destacamos ainda os valores exorbitantes já gastos pelo município com contratos terceirizados, recursos que poderiam ser aplicados na contratação por concurso público, na melhoria da infraestrutura das escolas e na valorização dos profissionais da educação. É inadmissível que se utilize verba pública para alimentar contratos de alto custo com empresas, enquanto as escolas sofrem com carências de pessoal, materiais e estrutura.

O COMERC reafirma que a contratação por concurso público deve ser o caminho prioritário e responsável, assegurando estabilidade, formação adequada e pertencimento dos profissionais ao quadro da educação municipal.

2. Sobre a contratação por Organizações Sociais (OS)

O COMERC manifesta posição contrária a qualquer tentativa de repassar a gestão da educação ou de setores estratégicos da rede municipal para Organizações Sociais (OS). Esse modelo, já aplicado em outras áreas, tem se mostrado:

- Um mecanismo de privatização indireta, que retira do poder público o controle direto sobre a educação;
- Uma prática que fragiliza a transparência, já que contratos com OS dificultam a fiscalização social e aumentam os riscos de desvio de finalidade;
- Um processo que precariza vínculos trabalhistas, substituindo servidores concursados por contratos temporários, com menor remuneração e sem garantias de carreira.

A educação pública não pode ser entregue a interesses privados. A gestão deve permanecer 100% pública, democrática e transparente.

3. Sobre a ausência de concursos públicos

Causa preocupação a falta de previsão de concursos públicos para servidores de apoio (cozinheiras, inspetores, auxiliares de educação, entre outros). A dependência de contratos temporários, terceirizados ou via OS:

- Precariza as condições de trabalho;
- Gera insegurança jurídica e trabalhista;
- Dificulta a criação de vínculos entre profissionais, alunos e comunidade escolar.

O COMERC entende que a educação pública de qualidade depende de equipes estáveis, valorizadas e comprometidas com o serviço público.

4. Alterações no Estatuto do Magistério e Plano de Carreira

As falas que sugerem a possibilidade de alteração no Estatuto do Magistério e no Plano de Carreira dos professores foram recebidas com total repúdio por este Conselho. Reafirmamos que:

- O Estatuto e o Plano de Carreira são conquistas históricas da categoria;
- Constituem garantias fundamentais de valorização profissional, progressão e condições dignas de trabalho;
- Qualquer tentativa de modificação sem diálogo amplo com a categoria será considerada um ataque frontal à educação pública.

O COMERC enfatiza, de forma categórica: a educação municipal não aceitará retrocessos no Estatuto do Magistério nem no Plano de Carreira dos professores.

5. Falta de diálogo e gestão democrática

Apesar da afirmação da Secretaria de que sua “porta está aberta”, observa-se uma prática contraditória:

- Conselhos e representantes da educação relatam falta de espaço para diálogo real;
- Demandas e recomendações apresentadas não têm sido efetivamente consideradas;
- Decisões de grande impacto são tratadas de forma unilateral.

O COMERC defende que a educação pública deve ser construída de forma coletiva, com participação dos Conselhos Escolares, sindicatos, professores, servidores, pais e comunidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o COMERC manifesta repúdio às propostas e falas que apontam para a ampliação da terceirização, a contratação via Organizações Sociais (OS), a ausência de concursos públicos e possíveis alterações no Estatuto e Plano de Carreira sem diálogo com a categoria.

Reiteramos nosso compromisso com:

- A defesa da escola pública, gratuita, laica e de qualidade social;
- A valorização dos profissionais da educação;
- A gestão democrática e participativa.

Por fim, declaramos que não aceitaremos qualquer mudança no Estatuto do Magistério ou no Plano de Carreira dos professores e que seguiremos atentos ao uso dos recursos públicos, denunciando sempre que houver gastos abusivos e contratos que não priorizem a educação municipal.

Este parecer será encaminhado à Secretaria Municipal de Educação, à Câmara Municipal de Rio Claro e demais órgãos de controle social, como registro da posição crítica deste Conselho.

Rio Claro, 03 de setembro de 2025

Rosemeire Marques Ribeiro Archangelo
Presidente do COMERC